



Adoção: construção da identidade e mídias sociais

Chiara Benini^{1,*} 

1. Società Italiana di Psicologia e Psicoterapia Relazionale – Arezzo, Itália.

*Autor correspondente: dott.benini@gmail.com

Editora de seção: Eliane Pelles Machado Amorim 

Recebido: 30 Jan. 2026 Aceito: 15 Maio 2026

RESUMO

A construção da identidade é uma tarefa fundamental que perpassa toda a vida; para os adotados, trata-se de um processo complexo no qual aspectos traumáticos e de descontinuidade biográfica se entrelaçam aos eventos vitais. Este artigo analisa essa trajetória com foco na busca pelas origens na era digital e no impacto das redes sociais. Por meio de uma revisão da literatura e com base em exemplos extraídos de casos clínicos, investigou-se como as transformações tecnológicas influenciam esse percurso. O objetivo é ampliar a compreensão sobre como os avanços digitais trouxeram alterações significativas ao processo identitário, oferecendo novas possibilidades de exploração do *self* e transformando as dinâmicas familiares.

Palavras-chave: Adoção, Construção da identidade, Busca das origens, Mídias sociais.

Adoption: identity construction and social media

ABSTRACT

Identity construction is a fundamental lifelong task; for adoptees, it is a complex process where traumatic aspects and biographical discontinuity intertwine with vital events. This article analyzes this trajectory with a focus on the search for origins in the digital era and the impact of social networks. Through a literature review and based on examples extracted from clinical cases, we investigated how technological transformations influence this path. The objective is to broaden the understanding of how digital advances have brought significant changes to the identity process, offering new possibilities for self-exploration and transforming family dynamics.

Keywords: Adoption, Identity construction, Search for origins, Social media.

Adopción: construcción de la identidad y redes sociales

RESUMEN

La construcción de la identidad es una tarea fundamental que abarca toda la vida; para los adoptados, se trata de un proceso complejo donde los aspectos traumáticos y de discontinuidad biográfica se entrelazan con los eventos vitales. Este artículo analiza esta trayectoria con un enfoque en la búsqueda de los orígenes en la era digital y el impacto de las redes sociales. A través de una revisión bibliográfica y basándonos en ejemplos extraídos de casos clínicos, investigamos cómo las transformaciones tecnológicas influyen en este camino. El objetivo es ampliar la comprensión sobre cómo los avances digitales han traído cambios significativos al proceso identitario, ofreciendo nuevas posibilidades de exploración del *self* y transformando las dinámicas familiares.

Palabras clave: Adopción, Construcción de la identidad, Búsqueda de orígenes, Redes sociales.

INTRODUÇÃO

A adoção é uma instituição muito antiga, da qual se encontram evidências desde o Código de Hamurabi. No passado, no entanto, a visão da adoção era muito diferente, com foco inicialmente nos aspectos práticos da sucessão e, posteriormente, nas necessidades e direitos dos adotantes. Foi apenas recentemente que o foco passou daqueles que adotam para os que são adotados: é com a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção de Haia (1993) que os direitos da pessoa adotada assumem um papel central na ideia de adoção.

Quanto à extensão global do fenômeno, ele envolve milhões de pessoas em todo o mundo, com incidência que varia de país para país, tanto em números absolutos quanto nas características das pessoas adotadas. No Brasil, além disso, ao lado das adoções nacionais e internacionais, há um relevante número de adoções que não aparecem na contagem dos processos por serem irregulares: a “adoção à brasileira”, na qual as crianças são registradas desde o início como filhos de seus pais adotivos, e a adoção direta, como apresentado no exemplo a seguir, em que as crianças permanecem formalmente como filhos de pais biológicos que, no entanto, não desempenham a função parental, enquanto os pais adotivos, às vezes parte da família extensa, não constam como tal.

Este é o caso de Maristela, seriamente negligenciada por sua mãe, diagnosticada com transtornos psiquiátricos, e sob os cuidados de sua tia, que não teve filhos com o marido e acolheu a sobrinha em seu lar, com o acordo de toda a família extensa. Não existem omissões, mas há a necessidade de Maristela ver o que ela acredita ser uma “mãe de referência” reconhecida como tal, em meio a batalhas legais e ao medo de ser julgada por membros da família biológica (mãe e irmãos), para conseguir ter legalmente duas mães.

É difícil generalizar as características de situações muito distintas, cada uma com suas próprias repercussões sobre o futuro processo de construção da identidade, mas observa-se uma “população” na qual há uma parcela significativa de experiências traumáticas precoces, abuso e violência presenciada, sexualização (abuso, mas também exposição a situações promíscuas), negligência, histórico familiar de patologias psiquiátricas e/ou uso de substâncias e conduta criminosa (Juffer & van Ijzendoorn, 2005). Experiências que afetam não apenas a família de origem, mas também vivências em contextos de rua e instituições de acolhimento que, por vezes, transmitem padrões comportamentais disfuncionais ou negligentes, acabando por ser prejudiciais também. Eventos traumáticos chegam a afetar o funcionamento de crianças e adolescentes (Brodzinsky et al., 2022), orientando-os, principalmente, para a esquiva e a dissociação. Todos esses aspectos, direta ou indiretamente, somam-se ao fato de terem crescido em uma família que também pode proporcionar problemas (Galli & Veiro, 2001), que não é a biológica, nas dinâmicas ligadas à narrativa de si mesmo e à construção da identidade.

Fundamentação teórica

Identidade e adoção

A construção da identidade é, certamente, um dos desafios mais significativos do desenvolvimento humano, devido à sua importância e à complexidade de uma tarefa contínua, que requer graus de flexibilidade e, ao mesmo tempo, certa estabilidade subjacente. Embora se inicie na infância e perdure ao longo da vida, encontra sua fase mais densa e crítica na adolescência, período em que a transição da criança para o adolescente ocorre no seio de uma família que define seus limites e comportamentos como indivíduo, em relação a um entorno familiar e cultural mais ou menos coincidente (Adelson, 1980; Erikson, 1968).

A adolescência seria o momento do desenvolvimento humano em que as habilidades cognitivas desenvolvidas durante a infância convergem para produzir uma narrativa autobiográfica coerente e atender às demandas socioculturais de posicionamento na sociedade (Habermas, 2007; Fivush, 2008), culminando na necessidade e possibilidade de construção de uma identidade socioculturalmente situada.

A formação da identidade é influenciada por fatores intrapessoais (habilidades inatas do indivíduo e características de personalidade adquiridas), fatores interpessoais (identificações com terceiros) e fatores culturais (valores sociais aos quais a pessoa está exposta, tanto globalmente quanto no coletivo), bem como pelos mecanismos internos que selecionam suas narrativas admissíveis (Manfrida, 1998; McAdams, 1998). A construção da identidade envolve a definição de valores, crenças e objetivos estáveis, organizando-se sob a forma de uma história de vida. Essa narrativa serve para construir uma configuração integrada do “eu” no mundo adulto, conectando diferentes episódios e situações vivenciados ao longo dos anos em histórias significativas, organizando crenças, posições, diferentes papéis sociais, várias formas de relacionamento, sentimentos e pensamentos, de modo que possam ser compreendidos como partes de uma mesma autoconfiguração (Vieira & Henriques, 2014).

Se este processo é um desafio para todos, para os filhos adotivos ele implica desafios específicos (Andolfi, 2017). Em primeiro lugar, a construção de um senso de valor próprio minado pelo trauma e pela negligência, bem como pela experiência de perda do vínculo com a família biológica (Motta, 2011). É necessário construir um sentido de continuidade biográfica que vá além da ideia de que a criança “renasce” ao entrar na família adotiva, integrando o que foi vivenciado na pré-adoção e na pós-adoção, não apenas em relação aos pais, mas também aos lugares, alimentos e experiências em geral.

Além disso, definir-se significa escolher modelos de identificação e, no caso da adoção, a complexidade é maior devido à multiplicidade de referências possíveis e à presença de aspectos étnicos, somáticos e culturais que, muitas vezes, não coincidem com os dos pais adotivos. Ao mesmo tempo, questionar um vínculo tão meticulosamente construído é muito mais difícil do que opor-se aos pais biológicos, para aqueles que sentem que, de qualquer modo, o vínculo sanguíneo não pode ser quebrado (Barbieri & Benini, 2013).

Embora durante a adolescência isso não seja central para todos, o confronto com as origens e o significado da história adotiva assume frequentemente papel fundamental (Woodward, 2003); é uma passagem à qual se chega repetidamente e, por vezes, com grande atraso, para finalmente conceder a si mesmo a integridade e um sentido de conclusão das questões que acompanham toda a vida. Às vezes, essa jornada leva a uma tentativa concreta de conhecer a família biológica; outras não.

A busca pelas origens é, na verdade, um instinto tão forte quanto as enormes repercussões e emoções que a acompanham (Finamori & Silva, 2020), principalmente o medo da rejeição: a rejeição confirmada no passado pela família biológica, a potencial rejeição atual de contato pela mãe biológica, mas também o receio da rejeição pela família adotiva, seja uma rejeição prática, dos sentimentos relativos à fase pré-adotiva, ou de quem se é ou deseja ser (Lucchese, 2020).

Para acompanhar o filho, os pais adotivos devem lidar com seus próprios medos, abandonando lógicas competitivas que alimentam segredos e o receio de “perda” do filho. O jovem necessita de uma base segura (Lorenzini, 2004) para explorar esse cenário incerto. É fundamental que os pais não ignorem as razões do abandono e da negligência (Vadilonga, 2004), mas promovam um diálogo aberto sobre a experiência de contato (Von Korff & Grotevant, 2011).

Para aqueles que decidem enfrentá-la, no entanto, apesar dos avanços culturais e legislativos na proteção do direito às origens, ainda restam muitos obstáculos, especialmente por meio de canais institucionais (Finamori & Silva, 2020). Quando a criança/adolescente provém de outro país, é necessário lidar com duas jurisdições que, infelizmente, são extremamente heterogêneas (Fogarolo, 2013); além disso, embora muitos países declarem proteger o “direito às origens”, muitas vezes é difícil obter informações consistentes (Fonseca, 2012). Em muitos casos, os arquivos são escassos e desatualizados, longe de responder à necessidade de conhecer os motivos da própria história biográfica e à demanda, latente nos adolescentes, por informações vivas e atuais, que vão além do que os pais adotivos já sabem ou contaram.

O impacto da evolução tecnológica

Nesse cenário, os avanços tecnológicos exercem um impacto significativo na vida desses jovens. Adotados que enfrentaram essas questões há 30 anos tiveram poucas oportunidades de falar abertamente sobre seu *status*, dispondo de raros dados sobre a família de origem e submetendo-se a procedimentos de busca rígidos, codificados por instituições nacionais. Além do impacto da internet e das redes sociais em seu uso comum – no qual se destaca a relevância dos temas de inclusão, adequação e validação para os adotados –, ocorreram mudanças específicas relacionadas à temática da adoção.

No Google Maps, por exemplo, ferramentas como o arquivo histórico de locais mapeados possibilitam a pesquisa por “lugares da memória”, fundamentais em contextos onde o espaço urbano se transforma rapidamente.

No Facebook, se inicialmente o único canal era a busca direta pelo nome do familiar, hoje existem ferramentas mais amplas: grupos de adotados para o compartilhamento de vivências, grupos de apoio na busca por pessoas da vida pré-adotiva e coletivos de mães que procuram seus filhos. Essa dinâmica se expandiu para diversas outras plataformas sociais.

A literatura destaca que a participação em grupos de pares permite ao adotado validar sentimentos de outra forma ininteligíveis (Brodzinsky & Schechter, 1990; Weber, 2011). Todavia, o ambiente digital, embora facilite a busca ativa, pode fomentar uma “identidade de refúgio”, na qual a pertença virtual assume um caráter salvífico, porém inconsistente, quando desprovida de mediação simbólica (Siegel, 2012; De Bernart, 2019).

Diferentemente dos canais oficiais, as plataformas sociais permitem buscar, de forma rápida e informal, pessoas da família biológica de quem se recorda ou cuja existência é conhecida. É possível observar suas vidas e aproximar-se de seu cotidiano de maneira mais direta do que qualquer processo judicial ou serviço social permitiria: por meio de fotos de festas, viagens e compartilhamento de interesses. Outro aspecto relevante diz respeito à atenuação de emoções e riscos que o canal virtual promete devido à natureza não física do contato (Barbieri & Meloni, 2012). Sob a “cortina digital”, o adolescente pode sentir-se mais protegido do que realmente está, tanto na prática quanto em relação às emoções despertadas. O acesso

é quase imediato, eliminando o tempo de espera entre o impulso momentâneo e o contato potencial, embora este seja, muitas vezes, fruto de anos de reflexão.

Em famílias com uma história comum sólida e aberta, os jovens podem buscar informações sobre os genitores amparados por um sentimento de pertencimento – uma base segura construída na segunda infância (Crittenden, 1999), da qual se podem afastar justamente por saberem que podem contar com ela em caso de dificuldade (Cigoli, 2006).

Todavia, para Lucchese (2020), na maioria dos casos essa é uma jornada empreendida de forma solitária, sem preparação ou apoio, pois é mais fácil agir sem envolver a família adotiva por medo de parecer desleal. Isso pode criar distanciamento familiar, agravado por reações de fechamento, dor ou raiva por parte dos pais, isolando o jovem justamente em seu momento de maior fragilidade. O desfecho desses eventos é influenciado tanto pela reação dos familiares contatados quanto pela capacidade da família adotiva de absorver o ocorrido (Bertetti, 2013; Farr et al., 2014).

Ademais, atualmente, o perfil da adoção mudou significativamente: as crianças chegam às famílias em idade escolar, sendo a adoção, em grande parte, decorrente da destituição do poder familiar. São crianças/adolescentes com histórias e memórias complexas, conscientes de sua trajetória e de seus dados pessoais. Frequentemente, surge o desejo ou a necessidade de recuperar o contato com pessoas com quem se compartilharam etapas importantes, como em instituições ou famílias de acolhimento. A relação com a história pré-adotiva não se limita aos pais biológicos; apesar dos avanços, permanece a complexidade de um processo de integração e valorização da própria biografia (Neil & Beek, 2020).

Paralelamente, houve uma mudança cultural que reduziu o estigma negativo associado à adoção. Tal estigma recaía prioritariamente sobre os pais, invalidados pela impossibilidade de gerar, e sobre a natureza do vínculo, que a tradição e muitas legislações ainda atrelam estritamente ao sangue (Yngvesson, 2007). As vozes que romperam o silêncio encontraram no ambiente digital a possibilidade de união e ressonância, impactando as narrativas dominantes e gerando consequências para a cultura e para as políticas públicas do setor.

DISCUSSÃO

O acesso ao perfil social de um familiar consanguíneo projeta o jovem em uma realidade sem filtros e, frequentemente, distorcida pela seleção deliberada do que se deseja exibir. As narrativas variam entre versões vitimizadas de um “pobre inocente” de quem os filhos foram retirados injustamente, encenações de comportamentos transgressores ou, inversamente, a imagem de uma pessoa realizada e adequada, com nova família e filhos. São fragmentos de verdade parciais, mas com enormes consequências para as ressonâncias internas que podem gerar.

Em contrapartida, até que o contato real se concretize, o acesso ao conteúdo digital permite ao jovem elaborar memórias e pensamentos em um ambiente controlado, no qual o ritmo subordina-se às suas necessidades subjetivas. No entanto, se o perfil não for fechado, qualquer interação fornecerá dados (como o sobrenome adotivo) que não poderão mais ser omitidos.

Se a busca resulta em contatos reais, a resposta relacional é determinante: pode gerar autovalorização ou, inversamente, quadros depressivos e sentimentos de desvalorização diante de negativas, rejeições ou da descoberta de condutas que causem dor e desilusão.

O caso de Alejandra, de 14 anos, exemplifica essa urgência: ao encontrar secretamente uma irmã que permaneceu na família de origem, recebe uma mensagem imediata da mãe biológica alegando doença e convidando-a a retornar ao país natal. A confusão de Alejandra – que questiona por que ela foi deixada e a irmã não, ou se o convite é genuíno ou por conveniência – ocorre em um intervalo de apenas 4 horas.

Tais situações demonstram a importância de um apoio adequado baseado em uma “análise precisa da demanda” (Carli & Paniccia, 2003). Os pontos-chave para essa análise são:

1. Características do sujeito em busca de suas origens: idade, maturidade, tempo decorrido desde a adoção e recursos relacionais.
2. O objeto da busca: a procura pelos genitores é marcada por ambivalência, enquanto a busca por irmãos tende a ser menos dolorosa. Podem ser buscados também amigos de infância ou figuras de instituições de acolhimento. A qualidade dos laços prévios e os eventos da separação são fundamentais.
3. O método: a busca é impulsiva ou planejada? Secreta ou compartilhada com pais e/ou profissionais? Quais meios e exposição foram escolhidos?
4. A motivação temporal: há eventos críticos recentes (perdas, doenças)? A busca nasce de uma necessidade interna de integração das origens ou é uma fuga de dificuldades na realidade atual?

Esses fatores indicam a capacidade de resiliência do indivíduo e do sistema familiar. O aspecto temporal é crucial: refere-se à capacidade de assimilar informações e agir de forma direcionada, em oposição à compulsão e à fuga da realidade (Benini, 2017).

Considerando que os membros da família biológica são, frequentemente, pessoas em situações de vulnerabilidade prática ou psicológica, não raro ocorrem momentos de proximidade alternados com fases de afastamento ou indiferença sem lógica aparente. Essa inconsistência pode levar o jovem a internalizar a culpa, buscando em si as causas desses comportamentos. Tais mensagens relacionais de desconsideração são altamente patogênicas (Watzlawick et al., 1967).

Portanto, é necessário investimento terapêutico no desenvolvimento da função reflexiva (Fonagy & Target, 1997), permitindo ao adotado distinguir suas próprias emoções das necessidades dos familiares, reduzindo riscos de idealização ou defesa excessiva. Introduzir complexidade na narrativa ajuda a ver que a própria história tem múltiplas facetas, integrando aspectos negativos de forma a conferir dignidade aos eventos que precederam a adoção. Por fim, vale ressaltar que alguns jovens enfrentarão a ausência de retorno às suas investidas, o que pode ser mais oneroso do que confrontar verdades difíceis, especialmente quando comparado a casos de sucesso de terceiros.

Embora estatísticas apontem que o primeiro passo parte majoritariamente do adotado (Fursland, 2010), o contato também pode ocorrer de forma passiva, por iniciativa da família biológica.

Neste contexto, é fundamental compreender:

1. Quem recebe o contato? (pais ou filhos adotivos, idade, maturidade etc.);
2. De quem parte o contato? (grau de parentesco, laços prévios, histórico e características). Os casos mais comuns envolvem mães que, após anos, procuram o filho devido a uma mudança de sentimento ou à cessação das condições que levaram ao abandono (Miliotti, 2011), mas também podem envolver outros familiares ou cuidadores;
3. Como ocorre o contato? (nível de invasividade, insistência, envio de fotos, envolvimento de terceiros);
4. Por que ocorre? (motivações explícitas ou implícitas, relatos de terceiros, desdobramentos esperados).

Certamente, o momento em que esses eventos ocorrem é crucial. Isso diz respeito não apenas à idade do adotado e ao tempo decorrido desde o afastamento do núcleo biológico, mas também – e talvez principalmente – à estabilidade do período em que os contatos se desenvolvem. O rompimento de um vínculo afetivo, conflitos com amigos, dificuldades escolares, doenças na família ou problemas econômicos são abalos que, isoladamente, seriam absorvíveis, mas que podem ser potencializados se somados ao “terremoto” de uma busca por origens.

Embora perturbador, o contato da família de origem pode ser valioso, funcionando como uma validação pessoal ao ser lembrado e buscado, possibilitando, com o tempo, a construção de um diálogo.

O interesse sincero pelos sentimentos da criança e a capacidade de respeitar seu tempo são pré-requisitos essenciais. Infelizmente, esse respeito nem sempre ocorre, pois a necessidade interna ou o sentimento de “direito” de restabelecer o que se considera a ordem correta das coisas costuma prevalecer.

É o caso de Arianne, de 16 anos, contatada pelo TikTok pela mãe biológica – inicialmente como seguidora e, depois, de forma insistente para que a jovem viajasse ao país de origem. Diante do pedido de tempo feito pela menina, a interrupção dos contatos alternou-se com mensagens simulando ser da irmã necessitada e chantagens morais. Perante os questionamentos da jovem sobre os motivos da separação, as respostas da genitora mudavam constantemente, mesclando fragmentos de verdade com informações instrumentais, que, ainda assim, forneceram dados importantes para a narrativa autobiográfica da adolescente.

O caso de J.

Ilustra-se um caso de busca pelas origens de caráter involuntário, no qual a irrupção abrupta de conteúdos do passado desestabilizou o equilíbrio adaptativo prévio, resultando em prejuízos escolares e relacionais. J., 16 anos, foi adotado aos 7 anos de idade, após um histórico de 4 anos com a família de origem, 1 ano em situação de rua e 1 ano de institucionalização. Apesar de uma história de adaptação inicial bem-sucedida, o adolescente apresenta, no momento, um quadro agudo de problemas comportamentais e escolares, condizente com a “crise de identidade” típica da adolescência, intensificada pela vivência adotiva.

Clinicamente, observa-se uma cisão na narrativa de J.: funcionalmente aberto sobre a adoção, mas defensivamente reservado sobre detalhes traumáticos de seu passado. A eclosão sintomática ocorreu após receber, como presente de aniversário da namorada, contatos virtuais (redes sociais) de membros da família biológica e funcionários da instituição de acolhimento original. O acesso a essas informações funcionou como um “gatilho”, gerando angústia, ideação obsessiva, falhas de concentração, conflitos familiares e comportamento de isolamento.

Mediante a mediação terapêutica, J. mostrou-se apto a explorar o perfil de sua irmã. Os elementos de maior impacto foram as fotografias, que evocaram memórias afetivas positivas, caracterizando a figura da irmã como “ensolarada e maternal”, em contraste com a ausência de registros dos genitores. O paciente apresentou um silêncio reflexivo ao contemplar cenários de sua infância, indicando um processo de “viagem no tempo” emocional, com a reativação de memórias sensoriais e interoceptivas, a exemplo da sensação de “vento frio”.

Entre as sessões, evidenciou-se a necessidade de suporte contínuo via mensagens, resultando em um gradual amadurecimento e processamento interno do luto, sem colapso funcional. J. manteve um comportamento de esquivas em relação à figura paterna, validado por uma decisão racional de não contatar o pai, cujo perfil na rede social encontra-se restrito. O paciente expressou sentimentos contraditórios e irritabilidade, indicando pendências afetivas a serem trabalhadas. Inicialmente, conseguiu compartilhar suas angústias apenas com um par adotivo (seu amigo K.), manifestando fantasias de ruptura (“largar tudo”) e um profundo impasse afetivo: o desejo de buscar suas origens versus o medo de trair a família adotiva, configurando um sentimento de “beco sem saída”.

Esta etapa do trabalho culminou em uma sessão conjunta, momento em que os genitores manifestaram surpresa e intensa mobilização afetiva diante da revelação do sofrimento subjacente de J. Embora as reações iniciais tenham sido permeadas por perplexidade e angústia, observou-se um esforço parental em priorizar o acolhimento das demandas do filho em detrimento de suas próprias inseguranças. Ao término da intervenção, J., evidenciando esgotamento emocional e necessidade de distanciamento defensivo, solicitou o prosseguimento do acompanhamento em modalidades separadas. Estabeleceu-se, então, um *setting* terapêutico híbrido: atendimentos individuais para J. via videoconferência e sessões de orientação parental presenciais.

No período subsequente, J. apresentou uma integração progressiva de fragmentos mnemônicos e lacunas identitárias, reduzindo a labilidade emocional inicial. Simultaneamente, o casal adotivo buscou recursos informacionais para subsidiar o suporte ao filho, mitigando suas próprias inseguranças. Com a melhora do quadro clínico e o êxito escolar, o jovem solicitou uma nova reunião familiar para fortalecer o vínculo afetivo doméstico. A sessão evidenciou um avanço significativo quando J. compartilhou o desejo de realizar uma viagem ao país de origem, articulada não como uma busca por figuras biológicas – para a qual não se sentia pronto –, mas como um reencontro com a dimensão sensorial e cenográfica de sua história pregressa. A proposta foi acolhida favoravelmente pelo casal adotivo, consolidando na viagem o vínculo parento-filial e o processo de construção identitária.

O caso de J. evidencia a complexidade da busca pelas origens na adolescência, sublinhando a necessidade de intervenção terapêutica focada na integração dos aspectos identitários passados e presentes e no fortalecimento do vínculo adotivo. A mediação por um terceiro facilitou a comunicação de conteúdos que, por conflitos de lealdade, J. não conseguia endereçar diretamente aos pais.

O percurso respeitou as oscilações defensivas do paciente, permitindo-lhe modular a distância afetiva em relação à sua biografia. No caso de J., enquanto os dados factuais do arquivo permitiam uma análise cognitiva, a exposição visual via redes sociais proporcionaram uma apreensão imediata e holística (De Bernart, 2019), evocando emoções arcaicas e permitindo a integração de fragmentos de uma história complexa sem a necessidade de uma rejeição total do passado. Em suma, a abordagem integrada facilitou a ressignificação de conteúdos dissociados e a transição da crise para a estabilidade emocional.

Este manuscrito cumpriu rigorosamente os preceitos éticos para a publicação de relatos de caso clínico. Nos casos ilustrativos (Maristela, Alejandra e Arianne) e no caso J., todos os dados identificatórios, incluindo nomes e locais, foram descaracterizados para assegurar o anonimato dos pacientes e de seus familiares. O uso do material clínico foi formalmente autorizado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (conforme a normativa de privacidade italiana). Ressalta-se que os conteúdos oriundos da web mencionados foram trazidos voluntariamente pelos pacientes ao processo terapêutico como parte de sua realidade psíquica, e não coletados de forma independente pelo pesquisador, garantindo-se assim a integridade ética e a privacidade dos envolvidos.

REFLEXÕES FINAIS

Construir a identidade para uma pessoa adotada é um processo mais complexo e laborioso do que o habitual. Embora cada história seja única, existem linhas de desenvolvimento que podem ser trabalhadas para evitar rupturas internas ou relacionais. O que podemos fazer para acompanhar essas trajetórias?

Preparar e prevenir

Isso significa não esperar passivamente que algo aconteça. Não sabemos quando certos temas emergirão, mas eles não florescerão se o solo não for acolhedor. Em contrapartida, não se deve impor etapas precocemente apenas por considerar que são questões a serem abordadas.

Acompanhar a fase intermediária

É necessário dar suporte aos processos de aproximação, fantasia, planejamento e experimentação de si mesmo, fundamentais na construção de identidades provisórias. A busca via redes sociais, voltada ou não ao contato real, é altamente provável e inevitável. Para torná-la um recurso, e não um risco, deve-se ampliar o conhecimento sobre o fenômeno da adoção e das mídias digitais, orientando sobre ferramentas úteis e respeitando a maturidade emocional do indivíduo e do sistema (Watson et al., 2025).

Apoiar o sistema familiar

Trabalhar com todo o sistema tem enormes vantagens, especialmente na redução de conflitos de lealdade (D'Andrea, 2002). Deve-se ter em mente que, mesmo que o jovem pareça indiferente ou deseje separar-se da família adotiva, uma nova ruptura na linha de continuidade existencial tem um custo emocional altíssimo (Lima, 2022). Nossa prioridade deve ser ajudar todos a desenvolver a capacidade de compreender o outro sem anular a si mesmos, transmitindo uma visão menos polarizada e aceitando os desafios da realidade para alcançar soluções que respeitem os sentimentos e as complexas realidades de todos os envolvidos.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados serão fornecidos mediante solicitação.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A inteligência artificial não foi utilizada para gerar o conteúdo da publicação. Foi empregada apenas para uma revisão parcial da linguagem, uma vez que a autora é italiana.

AGRADECIMENTOS

À Ângela Huiley, à Daniela Tortorelli e a Gianmarco Manfredi pelo apoio e incentivo, e a todos os pacientes e suas famílias por me ensinarem tanto.

REFERÊNCIAS

- Adelson, J. (Ed.). (1980). *Handbook of adolescent psychology*. Wiley. <https://share.google/zBbCG4ws8F6gO11ue>
- Andolfi, M. (2017). La crisi adolescenziale nelle famiglie adottive. In M. Andolfi, M. Chistolini, & A. D'Andrea (Eds.), *La famiglia adottiva tra crisi e sviluppo* (pp. 168–192). FrancoAngeli. <https://share.google/kawxObsI9e6d7cu4j>
- Barbieri, G. L., & Meloni, M. C. (2012). Il virtuale attenuato di Facebook e il gioco dell'identità dell'adolescente. *Ecologia della Mente*, 35, 223–239. <https://doi.org/10.1712/1205.13351>
- Barbieri, M., & Benini, C. (2013). *Adozioni e psicoterapia*. Alpes. <https://share.google/kBoGAXyLCK5QZlc3J>
- Benini, C. (2017). Adozione e ricerca delle origini ai tempi di Facebook. *Terapia Familiare*, 115, 27–46. <https://doi.org/10.3280/TF2017-115003>

- Bertetti, B. (2013). Adottivi italiani alla ricerca delle origini: Voci dal web. *Minori Giustizia*, 2, 203–211. <https://www.torrossa.com/en/resources/an/2623230>
- Brodzinsky, D. M., Schechter, M. D., & Henig R. M. (1990). *Being adopted: The lifelong search for self*. Anchor Books. <https://share.google/SlzISlOWUEJcEK5Lm>
- Brodzinsky, D., Gunnar, M., & Palacios, J. (2022). Adoption and trauma: Risks, recovery, and the lived experience of adoption. *Child Abuse & Neglect*, 130, 105309. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105309>
- Carli, R., & Paniccio, R. M. (2003). *Analisi della domanda*. Teoria e intervento in psicologia clinica. Il Mulino. <https://share.google/OhsbDocVLNs0Nljvs>
- Cigoli, V. (2006). *Lalbero della discendenza. Clinica dei corpi familiari*. FrancoAngeli. <https://share.google/iLknx47Ly39fID0Y9>
- Crittenden, P. M. (1999). Attaccamento in età adulta. L'approccio dinamico-maturativo all'adult attachment interview. Italia: Raffaello Cortina Editore <https://share.google/reesrFZujAoCS1acZ>
- D'Andrea, A. (2002). O casal adotante. In M. Andolfi (Ed.), *A crise do casal*. (pp. 233–247). Artmed. <https://share.google/z21zBJKiYW6h8tZVP>
- De Bernart, R. (2019). Immagine e implicito. *Psicobiettivo*, 39(1), 27–40. <https://doi.org/10.3280/PSOB2019-001004>
- Erikson, E. H. (1968). *Identity youth and crisis*. Norton. <https://share.google/RxgMDGDvjzk8VqaoV>
- Farr, R. H., Grant-Marsney, H. A., & Grotevant, H. D. (2014). Adoptees' contact with birth parents in emerging adulthood: The role of adoption communication and attachment to adoptive parents. *Family Process*, 53(4), 656–671. <https://doi.org/10.1111/famp.12069>
- Finamori, S., & Silva, A. B. M. D. (2020). Identidade e pertencimento: grupos de apoio à adoção e direito às origens. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 295–317. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.14.a>
- Fivush, R. (2008). Remembering and reminiscing: How individual lives are constructed in family narratives. *Memory Studies*, 1(1), 49–58. <https://doi.org/10.1177/1750698007083888>
- Fogarolo A. (2013). *Do you speak Facebook? Guida per genitori e insegnanti al linguaggio del social network*. Erickson. <https://share.google/YAY85HA83KpOTOglh>
- Fonagy, P., & Target, M. (1997). Attachment and reflective function: Their role in self-organization. *Development and Psychopathology*, 9(4), 679–700. <https://doi.org/10.1017/S0954579497001399>
- Fonseca, C. (2012). O direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. *Revista de Antropologia*, 53(2), 493–526. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.36434>
- Fursland, E. (2010). *Facing up to Facebook: A survival guide for adoptive families*. BAAF. <https://share.google/blPXedMUv4Vsz6ziX>
- Galli, J., & Viero, F. (Eds.). (2001). *Fallimenti adottivi: prevenzione e riparazione*. Armando. <https://share.google/P1R3ZIm86mInzHvzW>
- Habermas, T. (2007). How to tell a life: The development of the cultural concept of biography. *Journal of Cognition and Development*, 8(1), 1–31. <https://doi.org/10.1080/15248370709336991>
- Juffer, F., & van IJzendoorn, M. H. (2005). Behavior problems and mental health referrals of international adoptees: A meta-analysis. *JAMA*, 293(20), 2501–2515. <https://doi.org/10.1001/jama.293.20.2501>
- Lima, D. S. (2022). Devolução na adoção de crianças e adolescentes [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Integração Latino-Americana]. Repositório Digital UNILA. <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6881>
- Lorenzini, S. (2004). *Adozione internazionale: genitori e figli tra estraneità e familiarità*. Perdisa. <https://www.libreriauniversitaria.it/adozione-internazionale-genitori-figli-estraneita/libro/9788883722165?srsId=AfmBOoqF-rPbJRaYmpidN6o2ffbi-uu7pGVglfK5igU7R5JbyQJwA0>

- Lucchese, A. (2020). *Vida de adotivo: a adoção do ponto de vista dos filhos*. Physalis.
- Manfrida, G. (1998). *La narrazione psicoterapeutica: invenzione, persuasione e tecniche retoriche in terapia familiare*. FrancoAngeli. <https://share.google/UFg1E4zZZkMlfC8y3>
- McAdams, D. P. (1998). The role of defense in the life story. *Journal of Personality*, 66(6), 1125–1146. <https://doi.org/10.1111/1467-6494.00044>
- Miliotti, A. G. (2011). *Ci vuole un paese: adozione e ricerca delle origini. Testimonianze e strumenti per un viaggio possibile*. FrancoAngeli. <https://share.google/8jPNV5LS7NvgXNHJY>
- Motta, M. A. P. (2011). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. Cortez. <https://share.google/g7BqimZkU3pAWyHBT>
- Neil, E., & Beek, M. (2020). Respecting children's relationships and identities in adoption. In *The Routledge handbook of Adoption* (pp. 76–89). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429432040-6>
- Siegel, D. H. (2012). Social networking and ethnoracial searches by adoptees. *Social Work*, 57(3), 257–263.
- Vadilonga, F. (2004). Abbandono e adozione. *Terapia Familiare*, 74, 1000–1029. <https://share.google/QXgMvcW4Otw5ZB5IE>
- Vieira, A. G., & Henriques, M. R. (2014). A construção narrativa da identidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 163–170. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722014000100018>
- Von Korff, L., & Grotevant, H. D. (2011). Contact in adoption and adoptive identity formation: The mediating role of family conversation. *Journal of Family Psychology*, 25(3), 393–401. <https://doi.org/10.1037/a0023388>
- Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (1967). *Pragmatica della comunicazione umana. Studio dei modelli interattivi, delle patologie e dei paradossi*. W. W. Norton & Co. <https://share.google/TQNYjcdQC1pe49S65>
- Weber, L. N. D. (2011). *Aspectos psicológicos da adoção*. Juruá Editora. <https://share.google/TQNYjcdQC1pe49S65>
- Watson, B. L., Danquah, A., Charlton, G., Murray, C., Haw, R., & Taylor, P. (2025). Adopted adults' motivation, decision making, and experience of searching for birth family: A systematic review and meta-ethnography of the qualitative literature. *Adoption Quarterly*, 28(4), 483–510. <https://doi.org/10.1080/10926755.2024.2357759>
- Woodward, K. (2003). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In T. T. da Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. (pp. 7–72). Vozes. <https://share.google/sz5lMksAQsSwqHZqi>
- Yngvesson, B. (2007). Parentesco reconfigurado no espaço da adoção. *Cadernos Pagu*, 29, 111–138. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200006>